

PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL

(PP/G-7)

ORIGEM: CÚPULA DO G-7 EM HOUSTON (1990)

CARACTERÍSTICAS:

- LANÇADO DOIS ANOS ANTES DA CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, EM MEIO A FORTE ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL SOBRE PROBLEMAS AMBIENTAIS BRASILEIROS (PRINCIPALMENTE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA E POLÍTICA INDIGENISTA).
- PROJETADO PARA SER FINANCIADO POR CONTRIBUIÇÕES BILATERAIS DOS PAÍSES DO G-7, DA UNIÃO EUROPÉIA OU PELO "RAIN FOREST TRUST FUND", FUNDO DO BANCO MUNDIAL ESPECIALMENTE CRIADO PARA CANALIZAR RECURSOS PARA O PP/G-7;
- ORÇADO EM US\$ 1,6 BILHÕES, OS PAÍSES DOADORES CONCORDARAM EM TRANSFERIR RECURSOS NO VALOR DE SOMENTE US\$ 250 MILHÕES PARA A FASE INICIAL;
- COMPOSTO POR TRÊS SUBPROGRAMAS ESTRUTURAIS (I - POLÍTICA DE RECURSOS NATURAIS; II - UNIDADES DE

CONSERVAÇÃO E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS; E III - CIÊNCIA E TECNOLOGIA), ALÉM DE UM SUBPROGRAMA DE PROJETOS DEMONSTRATIVOS.

SITUAÇÃO ATUAL

- OS DESEMBOLSOS FEITOS ATÉ O MOMENTO, DA ORDEM DE US\$ 1,2 MILHÕES, SE LIMITARAM A COBRIR GASTOS COM ESTUDOS DE PRÉ- INVESTIMENTO; O BRASIL INVESTIU, EM CONTRAPARTIDA, CERCA DE US\$ 1 MILHÃO;
- DOS TREZE PROJETOS DO PROGRAMA PILOTO, SETE JÁ CONTAM COM CONTRATO DE DOAÇÃO (CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DEMONSTRATIVOS TIPO A, RESERVAS EXTRATIVISTAS E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE, ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO, MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO; UM PROJETO DEVERÁ SER ASSINADO NA PRIMEIRA SEMANA DE ABRIL (FINANCIAMENTO DO GOVERNO ALEMÃO PARA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS); UM OUTRO ESTÁ EM FASE DE PRÉ-AVALIAÇÃO (FLORESTAS NACIONAIS) E QUATRO EM PREPARAÇÃO MANEJO DE RECURSOS NATURAIS, RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, PARQUES E RESERVAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.
- OS RECURSOS NEGOCIADOS, MAS NÃO DESEMBOLSADOS, ATÉ O MOMENTO TOTALIZAM US\$ 140 MILHÕES (SEM A CONTRAPARTIDA NACIONAL DE 10%); OS RECURSOS PREVISTOS

PARA OS PROJETOS EM PREPARAÇÃO SOMARIAM US\$ 40 MILHÕES (TOTAL:US\$ 180 MILHÕES). PARA ATINGIR OS US\$ 250 MILHÕES, ESTARIAM FALTANDO US\$ 70 MILHÕES.

- PERSPECTIVAS:

- PARA ASSEGURAR O ÉXITO DO PROGRAMA PILOTO, SERÁ NECESSÁRIO MAIOR EMPENHO DOS PAÍSES DOADORES PARA CUMPRIR A PROMESSA DE FINANCIAMENTO FEITA EM HOUSTON, EM 1990 E MAIOR AGILIDADE POR PARTE DO BANCO MUNDIAL NA CANALIZAÇÃO DOS RECURSOS;
- POR PARTE DO BRASIL, SERÁ NECESSÁRIO REEXAMINAR OS PROJETOS PARA ADEQUÁ-LOS ÀS PRIORIDADES REGIONAIS E À POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE,
DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL**

NOTA INFORMATIVA

Assunto: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

1. Na reunião de cúpula dos países membros do Grupo dos Sete - G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), realizada em Houston, em julho de 1990, os Chefes de Estado e de Governo presentes, manifestaram interesse em apoiar iniciativas, em caráter piloto, para proteção das florestas tropicais no Brasil. O Governo brasileiro criou uma Comissão Interministerial, que juntamente com o Banco Mundial e com a Comissão da Comunidade Européia elaborou uma proposta preliminar para um Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, no valor de US\$ 1.600.000 (um bilhão e seiscentos milhões de dólares).
2. Várias outras reuniões se seguiram, em Washington - dezembro/90, Bruxelas - março/91 e Rio de Janeiro - maio/91, onde todo o empenho foi colocado na preparação do texto final do Programa, por parte dos envolvidos, o espírito de colaboração e a busca de um consenso foram a tônica durante todo o trabalho de acordo com o caráter cooperativo da iniciativa. Na reunião de Londres, em junho de 1991, os integrantes do Grupo dos Sete analisaram o Programa encaminhado pelo Brasil e o relatório conjunto do Banco Mundial e da Comissão da Comunidade Européia. Renovaram, na oportunidade, o compromisso de apoiar o Programa e concordaram em financiar um programa piloto.

Nos dias 7 e 8 de dezembro de 1991, realizou-se, em Genebra, reunião entre o Governo brasileiro e representantes dos governos do Grupo dos Sete, com a participação da Comissão da Comunidade Européia e do Banco Mundial. Os representantes do Grupo dos Sete reconheceram os avanços obtidos no desenho das atividades a serem desenvolvidas, coerentes com a Política Nacional de Meio Ambiente, e manifestaram apreço pela qualidade do Programa apresentado. Sua primeira fase, se desenvolveria de forma piloto, totalizando US\$ 250 milhões, dos quais 20%, US\$ 50 milhões, como fundo central e o restante, US\$ 200 milhões, a ser aportado sob forma de co-financiamento associado. A contrapartida nacional para o Programa ficou definida em 10% ou US\$ 25 milhões.

3. Com o objetivo de dar suporte financeiro ao Programa, foi criado então, um Fundo Fiduciário, administrado pelo Banco Mundial, intitulado "*Rain Forest Trust Fund - RFT*". Embora as discussões sobre o Programa Piloto tenham sido iniciadas na reunião de Houston, em julho de 1990 e se prolongado até dezembro de 1991, em Genebra, a constituição do Fundo Fiduciário (RFT), pelo Banco Mundial, só foi efetivada em março de 1992 com o depósito dos primeiros recursos comprometidos pelos seguintes co-financiadores: Estados Unidos, Alemanha, Japão, Itália, Canadá, Reino Unido, Holanda e Comissão da União Européia. A França manifestou o interesse de apoiar o Programa Piloto na forma de cooperação técnica bilateral associada, no valor total de 60 milhões de francos.

4. No dia 05 de junho de 1992, logo após a constituição do RFT pelo Banco Mundial, o Governo brasileiro, para viabilizar a gestão do Programa e a absorção dos recursos financeiros previstos, editou o Decreto nº 563 que institui o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e cria a sua Comissão de Coordenação. Segundo o Decreto, a operacionalização do Programa se efetiva pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, na qualidade de Secretaria Executiva, e pelas instituições executoras dos projetos do Programa, como Secretarias Técnicas.

5. O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil foi concebido com objetivos de conservar a biodiversidade, reduzir as emissões de carbono para a atmosfera e promover um maior conhecimento das atividades sustentáveis da floresta tropical.

As ações prioritárias do Programa são:

- a) Demonstrar que um desenvolvimento harmônico entre economia e meio ambiente pode ser obtido em florestas tropicais;
- b) Obter a correta conservação de recursos genéticos;
- c) Reduzir a contribuição das florestas tropicais brasileiras na emissão global de gás carbônico;
- d) Proporcionar um exemplo de cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

6. O Programa Piloto está dividido em três subprogramas estruturais (Subprograma de Política de Recursos Naturais, Subprograma de Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais e Subprograma de Ciência e Tecnologia) e um subprograma de projetos demonstrativos.

Os subprogramas estruturais pretendem atingir, diretamente, as deficiências institucionais que inibem a implementação e a consolidação da Política Ambiental brasileira na região, além da ampliação dos conhecimentos sobre os ecossistemas da Amazônia e o uso sustentável de seus recursos.

O subprograma de projetos demonstrativos, destina-se a viabilizar o envolvimento de comunidades e organizações não-governamentais em testes e difusão de modelos de desenvolvimento sustentável, na região da Amazônia e da Mata Atlântica, que tenham alto potencial de replicabilidade e utilizem tecnologias brandas.

O Subprograma de Política de Recursos Naturais é composto pelos seguintes projetos: Zoneamento Ecológico-Econômico, Monitoramento e Vigilância Ambiental, Controle e Fiscalização Ambiental, Fortalecimento Institucional dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente e Educação Ambiental. O Subprograma de Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais inclui os projetos citados a seguir: Parques e Reservas, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas Indígenas, Manejo de Recursos Naturais e Recuperação de Áreas Degradadas. O Subprograma de Projetos Demonstrativos contempla o Projeto Demonstrativo Tipo A e o Subprograma de Ciência e Tecnologia é integrado pelos componentes Pesquisa Dirigida e Centros de Excelência Científica.

7. Os projetos apoiarão iniciativas nas áreas de ciência e tecnologia, desenvolvimento sustentável, manejo de recursos naturais, proteção de ecossistemas através de unidades de conservação e áreas indígenas, recuperação de áreas degradadas, educação ambiental e gestão ambiental integrada. A execução está a cargo do Ministério do Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, do Ministério da Ciência e Tecnologia, por intermédio do Museu Paraense Emílio Goeldi, do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia e da Financiadora de Estudos e Projetos, do Ministério da Justiça, através da Fundação Nacional do Índio, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, dos Governos Estaduais da Amazônia Legal e das Organizações Não Governamentais.

8. Nestes mais de dois anos de preparação o Programa Piloto já realizou 32 (trinta e duas) missões, que se concentraram na elaboração e detalhamento de projetos, além da estruturação do Programa como um todo. Os recursos desembolsados pelo RFT para a contratação de estudos de pré-investimento destinados ao detalhamento de projetos foram da ordem de US\$ 1,2 milhões.

O Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal já investiu, nestes quase três anos de preparação do Programa Piloto, cerca de US\$ 1 milhão na elaboração de projetos, contratação de estudos, realização de seminários, reuniões técnicas e na estruturação da Coordenação Geral do Programa.

Dos treze projetos identificados, na reunião de Genebra, para compor o Programa Piloto, sete estão com os seus contratos de doação assinados (Projeto Ciência e Tecnologia, Projetos Demonstrativos Tipo A, Projeto Reservas Extrativistas e os Projetos Fortalecimento Institucional dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, Zoneamento Ecológico-Econômico, Monitoramento e Controle e Fiscalização pertencentes ao Subprograma de Política de Recursos Naturais); um terá o seu contrato assinado no início de abril do corrente (Projeto Reservas Indígenas), um em fase de pré-avaliação (Projeto Florestas Nacionais) e quatro em fase de preparação (Projetos Manejo de Recursos Naturais, Recuperação de Áreas Degradadas, Parques e Reservas e Educação Ambiental).

Os recursos comprometidos pelos projetos negociados totalizam US\$ 140 milhões sem a contrapartida nacional. Os recursos previstos para os outros projetos em preparação alcançam um montante de US\$ 40 milhões. A soma destes recursos totaliza US\$ 180 milhões. Considerando o compromisso assumido pelos Países Doadores de disporem de US\$ 250 milhões, existe um "Gap" financeiro de US\$ 70 milhões para o Programa.

9. Algumas questões poderiam, nesta oportunidade, merecer um destaque especial:

- O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil é o mais importante instrumento, desde a UNCED/92, para a cooperação internacional na área ambiental. Os países do Grupo dos Sete, a União Européia, o Brasil e o Banco Mundial, estão engajados num esforço comum que merece amplo apoio das respectivas sociedades.

- A lentidão das negociações, iniciada em 1990, de certa forma desestimulou todos os envolvidos, chegou-se a sugerir o cancelamento do programa no final de 1992. Desde então o Governo brasileiro vem demonstrando eficiência, tendo elaborado e apresentado ao Banco Mundial e aos Doadores cinco

projetos nos seis meses subseqüentes, fazendo avançar o andamento das negociações do Programa. Portanto, a credibilidade alcançada pelo Brasil deverá ser mantida na fase de execução, sendo necessário que os Países Doadores confirmem o compromisso assumido com os projetos do Programa Piloto e cubram o "Gap" financeiro referido no parágrafo acima.

10. Anexos:

- disponibilidade de fundos, doações e co-financiamentos por projeto e País;
- demonstrativo de financiamento dos projetos negociados.

Brasília, 22 de março de 1995.

PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICais DO BRASIL
DISPONIBILIDADE DE FUNDOS, DOAÇÕES E CO-FINANCIAMENTOS POR PROJETO E PAÍS

PROJETOS	RECURSOS DO RFT	UNIÃO EUROPÉIA	ALEMANHA	CANADÁ	EUA	FRANÇA	ITÁLIA	JAPÃO	REINO UNIDO	HOLANDA	TOTAL POR PROJETO	VALOR PREVISTO (GENEBRAG1)
Clássica e Tecnologia												
a) Centros Excelência	9.000.000	-	-	-	2.000.000	-	-	-	-	-	11.709.000	30.000.000
b) Pesquisa Dirigida	-	5.400.000	-	-	-	-	-	-	-	-	5.400.000	18.000.000
Projeto Demonstrativo												
Tipo A - PDA	3.000.000	4.500.000	11.700.000	-	-	-	-	-	-	-	19.200.000	30.000.000
Reservas Extrativistas	3.000.000	5.800.000	-	-	-	-	-	-	-	-	8.800.000	9.000.000
Reservas Indígenas	2.100.000	-	16.600.000	-	-	-	-	-	-	-	18.700.000	18.000.000
Política Recursos Naturais (FI, ZEE, MV, CF)	20.000.000	21.000.000	30.600.000	***	-	-	-	-	5.000.000	-	76.600.000	86.000.000
Florestas Nacionais	Nota 2	-	9.000.000	-	-	-	-	-	-	-	9.000.000	9.000.000
Manejo Recursos Naturais	Nota 2	-	5.500.000	-	-	-	-	-	-	-	5.500.000	7.000.000
Parques e Reservas	Nota 2	-	14.400.000	-	-	-	-	-	-	-	14.400.000	22.000.000
Recuperação de Áreas Degradas	3.977.767	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.977.767	9.000.000
Educação Ambiental	4.000.000	4.000.000	Nota 2	-	-	-	-	-	-	-	4.000.000	8.000.000
Administração do Programa BIRD/MMA	4.000.000	4.000.000	Nota 2	-	-	-	-	-	-	-	4.000.000	4.000.000
Total Geral	49.077.767	36.700.000	87.800.000	0	2.000.000	0	0	0	5.709.000	0	181.286.767	250.000.000
Contribuições ao RFT												
Contribuições ao RFT												
		9.010.678	19.197.461	738.716	5.500.000	0	3.852.993	6.797.511	745.350	3.235.058	49.077.767	-
Total Global	-	45.710.678	106.997.461	738.716	7.500.000	0	3.852.993	6.797.511	6.454.350	3.235.058	181.286.767	250.000.000

Fontes:

- FAX BIRD 20/10/94
- Contratos de Doação dos Projetos
- Sumário Executivo do PP-G7 (outubro/94)

Nota:

1. os valores desta tabela não incluem a contrapartida
2. os recursos do RFT para estes projetos não estão definidos uma vez que os mesmos estão em fase de preparação.

Obs.:

* Valor com rendimentos de aplicações.

** Contribuição em forma de Coop. Técnica.

*** Valor referente a contribuição financeira e Coop. Técnica.

**** A contribuição da França é de FF 60 milhões em Coop. Técnica.

***** Este total não inclui a Coop. Associada.

Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

Demonstrativo de Financiamento dos Projetos Negociados

(US\$1,000)

Subprograma	DOADORES							TOTAL
	RFT	CEC	ODA	GTZ	KFW	USAID	CONTRA PARTIDA	
Subprograma de Política de Recursos Naturais	20,000	21,000	5,000	5,800	24,800	—	11,400	88,000
Subprograma de Ciência e Tecnologia	9,000	5,400	709	—	—	2,000	2,980	20,089
Projetos Demonstrativos Tipo A - PDA	3,000	4,500	—	—	11,700	—	—	19,200
Projeto Reservas Extrativistas	3,000	5,800	—	—	—	—	860	9,660
Projeto Reservas Indígenas	2,100	—	—	—	16,600	—	2,200	20,900
T O T A L:	37,100	36,700	5,709	5,800	53,100	2,000	17,440	157,849

* FONTE: MOD/BIRD

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
SECRETARIA EXECUTIVA**

FICHA EXECUTIVA DE PROJETOS

I) Identificação

Subprograma: Ciência e Tecnologia

Projeto: Ciência e Tecnologia

Componente: Centros de Excelência

Secretaria Técnica: Ministério da Ciência e Tecnologia

Responsável: Luis Antônio Barreto de Castro

Fone: 226-5949

Instituições Participantes: MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia - coordenador

INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - executor

MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi - executor

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos - agente financeiro

Custo total do projeto: US\$ 14,68 milhões (negociação/94)

US\$ 9,0 milhões RFT + US\$ 2,0 milhões USAID + US\$ 709 mil ODA + US\$ 2,98 Contrapartida Brasil

Duração prevista: 03 anos (total) e 01 ano para a Fase I

II) Objetivos do Projeto/Componente:

O Projeto Ciência e Tecnologia tem o objetivo de promover a geração e disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos relevantes para a conservação e desenvolvimento sustentável na região amazônica. Este projeto está estabelecido em componentes específicos: Centros de Excelência e Pesquisa Dirigida.

O objetivo do Componente Centros de Excelência é consolidar o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia como centros de excelência em ciências, com capacidade de disseminação de conhecimentos.

III) Estratégia:

O componente tem como estratégia, a promoção de melhorias na infra-estrutura física e de serviços, o fortalecimento da capacitação em termos de recursos humanos, bem como da coleta e disseminação de informações, de modo que estes dois centros possam atuar como centros de excelência, constituindo-se em referencial básico para a atuação científica e tecnológica na Amazônia.

Em resumo, foram estabelecidas ações em quatro etapas:

- Fortalecimento e Desenvolvimento Institucional
- Recuperação e Melhoria de Infra-estrutura e de Equipamentos
- Fortalecimento da Base de Recursos Humanos
- Melhoria da Disseminação e Informação Científica

IV) Resultados Esperados:

Centros de excelência em ciências na região amazônica consolidados e com capacidade de disseminação de conhecimentos.

V) Beneficiários:

O componente deverá beneficiar diretamente as Instituições executoras, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, na medida em que investe no fortalecimento da sua capacidade de gerar e disseminar conhecimentos científicos e tecnológicos sobre a região amazônica.

Beneficia, da mesma forma, as sociedades amazônica e nacional, que continuarão usufruindo dos resultados das investigações científicas e tecnológicas sobre a flora, a fauna, o homem da Amazônia e seu ambiente físico e cultural.

VI) Situação Atual: (24/03/95)

O Contrato de Doação entre o Governo brasileiro, Banco Mundial e União Européia foi assinado em setembro de 1994 e o Contrato de Doação entre o Governo brasileiro, Banco Mundial e a USAID foi assinado em novembro de 1994. Estes Contratos viabilizam a totalidade dos recursos externos para o Componente, a contribuição da ODA será sob a forma de cooperação técnica que está sendo negociada com a ABC/MRE. O Componente deverá receber os primeiros desembolsos em abril de 1995.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
SECRETARIA EXECUTIVA**

FICHA EXECUTIVA DE PROJETOS

I) Identificação

Subprograma: Ciência e Tecnologia

Projeto: Ciência e Tecnologia

Componente: Pesquisa Dirigida - PPD

Secretaria Técnica: Ministério da Ciência e Tecnologia

Responsável: Luis Antônio Barreto de Castro

Fone: 226-5949

Instituições Participantes: MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia - Coordenador

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos - Agente financeiro e executor

Custo total do projeto: US\$ 5,4 milhões recursos da CEC (negociação/94)

Duração prevista: 03 anos (total) e 01 ano para a Fase I

II) Objetivos do Projeto/Componente:

O Projeto Ciência e Tecnologia tem o objetivo de promover a geração e disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos relevantes para a conservação e desenvolvimento sustentável na região amazônica. Este projeto está estabelecido em componentes específicos: Centros de Excelência e Pesquisa Dirigida.

O objetivo do Componente Pesquisa Dirigida é prover os conhecimentos científicos e tecnológicos necessários para a conservação da floresta tropical Amazônica, bem como para a utilização racional de seus recursos, sendo concebido como uma forma de propiciar uma base de conhecimentos para os demais subprogramas do Programa Piloto.

III) Estratégia:

O PPD apoiará projetos de pesquisa na região que serão avaliados e selecionados em base competitiva, segundo prioridades e normas estabelecidas em editais. As atividades do PPD estão organizadas de acordo com quatro áreas prioritárias: Pesquisas sobre ecossistemas Amazônicos; Tecnologias para o desenvolvimento sustentável da Amazônia; Infra-estrutura ambientalmente saudável; Melhoramento da qualidade de vida na Região Amazônica.

IV) Resultados Esperados:

Projetos de pesquisa selecionados e implementados de acordo com as áreas prioritárias estabelecidas.

V) Beneficiários:

Os beneficiários diretos do Componente serão os pesquisadores e as Instituições de Pesquisa que atuam na região. Beneficia, da mesma forma, as sociedades amazônica e nacional, que irão usufruir dos resultados das investigações científicas e tecnológicas sobre a flora, a fauna, o homem da Amazônia e seu ambiente físico e cultural. Os outros projetos do Programa Piloto também serão beneficiados com os resultados das pesquisas desenvolvidas.

VI) Situação Atual: (24/03/95)

O Contrato de Doação entre o Governo brasileiro, Banco Mundial e a União Européia, que viabiliza a totalidade dos recursos externos, foi assinado em setembro de 1994.

O Componente deverá financiar as primeiras propostas em julho de 1995, após o processo de publicação do edital, seleção das propostas e contratação dos beneficiários.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
SECRETARIA EXECUTIVA**

FICHA EXECUTIVA DE PROJETOS

I) Identificação:

Subprograma: Projetos Demonstrativos

Projeto: Projeto Demonstrativo Tipo A - PD/A

Secretaria Técnica: Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal - MMA

Responsável: Rosa de Lima Cunha

Fone: (061) 322-5635

Instituições: Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal - MMA

r: 328

Participantes: Grupo de Trabalho Amazônico - GTA

Comissão da Mata Atlântica - CMA

Banco do Brasil repassador da Doação

Custo total: US\$ 19,2 milhões (appraisal/93)

US\$ 14,7 milhões Governo alemão (DM 20 milhões) + US\$ 3 milhões RFT +

US\$ 4,5 milhões CEC (ECU 4 milhões)

Duração prevista: 03 anos.

II) Objetivos do Projeto:

Contribuir para a conservação e preservação da Amazônia, da Mata Atlântica e de ecossistemas associados, apoiando o desenvolvimento sustentável, pela participação e integração das contribuições locais, dentro dos objetivos do Programa Piloto.

III) Estratégia:

O PD/A financiará subprojetos que tenham caráter demonstrativo, e viabilizem o envolvimento de comunidades e organizações não-governamentais em testes e difusão de modelos de desenvolvimento sustentável, que tenham alto potencial de replicabilidade e utilizem tecnologias brandas.

Os grandes temas que nortearão a seleção de subprojetos são os seguintes:

- . preservação e conservação da natureza;
- . recuperação de áreas degradadas; e
- . manejo sustentável de recursos naturais renováveis.

IV) Resultados Esperados:

Implementar no ano de 1995, 110 subprojetos de apoio às comunidades da Amazônia e Mata Atlântica, com potencial demonstrativo e multiplicador, através de financiamentos de:

- . 40 subprojetos até o US\$ 5,000.00;
- . 30 subprojetos de US\$ 5,001.00 a US\$ 50,000.00;
- . 30 subprojetos de US\$ 50,001.00 a US\$ 100,000.00; e
- . 10 subprojetos acima de US\$ 100,000.00.

V) Beneficiários:

Comunidades, ONGs de base, de apoio e ambientalistas da Amazônia e Mata Atlântica.

O GTA e CMA atuam na articulação destas entidades.

VI) Situação Atual: (data: 24/03/95)

O contrato de Doação entre o Governo Brasileiro, Banco Mundial e União Européia, relativo aos recursos do RFT e da CEC, foi assinado em novembro de 1994. O Acordo Intergovernamental Brasil/Alemanha foi negociado e deverá ser assinado em abril deste ano. O Contrato de Doação entre o governo brasileiro e o KfW, está sendo negociado, a previsão de assinatura é o mês de abril do corrente. O Acordo Intergovernamental e o Contrato com o KfW viabilizam os recursos alemães para este projeto.

O Projeto já recebeu o primeiro desembolso no valor de US\$ 470 mil.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
SECRETARIA EXECUTIVA**

FICHA EXECUTIVA DE PROJETOS

I) Identificação

Subprograma: Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais

Projeto: Reservas Extrativistas - RESEX

Secretaria Técnica: IBAMA

Responsável: Eleonora Galvarros B. Ribeiro

Fone: 316-1058

Instituição Executora: IBAMA/CNPT + ONG's + Comunidades das Resex

Custo Total: US\$ 9,66 milhões (negociação/94)

US\$ 3 milhões RFT + US\$ 5,8 milhões CEC (ECU 5 milhões) + US\$ 860 mil

Contrapartida Governo do Brasil

Duração Prevista: 04 anos.

II) Objetivos do Projeto:

Testar, em quatro Reservas Extrativistas, (Alto Juruá/AC, Chico Mendes/AC, Ouro Preto/RO, Cajari/AP), modelos apropriados de gerenciamento econômico, social e ambiental, aperfeiçoando os métodos e procedimentos utilizados pelas populações tradicionais, na administração dos recursos naturais renováveis nas florestas tropicais, através da co-gestão entre Governo e sociedade.

III) Estratégia:

A estratégia do Projeto está orientada para: a) completar a efetivação e regularização de 4 reservas extrativistas; b) fortalecer as associações extrativistas e instalar infra-estrutura social e comunitária nas reservas; c) melhorar a capacidade produtiva e comercial das reservas; d) aprimorar a manutenção e manejo sustentável dos recursos naturais nas reservas; e) apoiar o gerenciamento e a administração adequada e participativa do projeto.

O projeto está organizado por componentes temáticos:

- . Efetivação das Reservas Extrativistas;
- . Organização Social e Comunitária;
- . Organização da Produção;
- . Gerenciamento Ambiental;
- . Gerenciamento do Projeto.

IV) Resultados Esperados:

Sistema integrado de planejamento de intervenções produtivas e de avaliação de impactos elaborado e implantado; seis projetos produtivos experimentais, administrados pelas comunidades locais, para extração e/ou transformação de produtos florestais não-madeireiros; quatro Planos de Desenvolvimento e de Monitoramento Ambiental elaborados e implementados; seis associações representantes das comunidades das Reservas criadas, consolidadas e capacitadas para gerenciar as atividades das Reservas; propostas de diretrizes de políticas públicas para o segmento Reservas Extrativistas elaboradas.

V) Beneficiário:

Diretamente espera-se beneficiar cerca de quatro mil famílias de trabalhadores extrativistas que vivem nas Resex Chico Mendes/AC, Alto Juruá/AC, Rio Ouro Preto/RO e Rio Cajari/AP.

Beneficiará, também, todas as populações tradicionais da Amazônia e do País na medida em que a metodologia e a experiência adquirida serão valiosas para orientar trabalhos futuros em outras áreas.

VI) Situação Atual: (24/03/95)

O Contrato de Doação entre o Governo brasileiro, Banco Mundial e a União Européia, que viabiliza a totalidade dos recursos externos, foi assinado em novembro de 1994. O Projeto deverá receber os primeiros desembolsos em abril de 1995.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
SECRETARIA EXECUTIVA

FICHA EXECUTIVA DE PROJETOS

I) Identificação:

Subprograma: Política de Recursos Naturais

Secretaria Técnica: MMA

Responsável Técnico: Eliane Solon R. de Oliveira Fone: (061) 322.5635 r:326 Fax: (061) 223.6800

Instituições Executoras: Agencias federais, estaduais e municipais ligadas a gestão ambiental

Custo Total: US\$ 88 milhões

Cooperação Financeira: US\$ 21 milhões CEC + US\$ 24,8 milhões KfW + US\$ 20 milhões RFT

Cooperação Técnica: US\$ 5 milhões ODA + US\$ 5,8 GTZ

Contrapartida Nacional: US\$ 11,4 milhões

Duração prevista: 5 anos

II) Objetivos do Projeto:

Os objetivos básicos do Subprograma são os de: (i) fortalecer as capacidades de análise política, de regulamentação e de implementação de projetos das entidades que lidam com a gestão ambiental a nível estadual, afim de que estas possam desenvolver suas funções de uma forma integrada e complementar, num Sistema Estadual de Gestão Ambiental - SEGA; (ii) executar atividades de zoneamento, monitoramento, controle e fiscalização em áreas prioritárias nos estados, para mitigar os problemas ambientais existentes nessas áreas; e (iii) apoiar a descentralização da gestão ambiental do âmbito federal para o âmbito estadual/municipal.

III) Estratégia:

A estratégia do Subprograma está no suporte para o fortalecimento institucional dos órgãos de governo no âmbito estadual, responsáveis pela questão ambiental, promovendo a integração como forma de reforçar politicamente a área ambiental e reduzir os desperdícios e conflitos. O Subprograma incentivará, ainda, a integração regional através do estímulo para a criação de Sistemas Estaduais de Gestão Ambiental - SEGA, como um processo de descentralização, onde as agências estaduais e federais devem atuar cooperativamente, buscando ainda a participação dos setores responsáveis pelas políticas potencialmente geradoras de impactos.

IV) Resultados Esperados:

Gestão Ambiental Regional Integrada

Área ambiental politicamente reforçada

Gestão ambiental descentralizada

Experiências piloto de controle, fiscalização, monitoramento e zoneamento em áreas prioritárias geradas

V) Beneficiários:

Secretarias de Estado de Meio Ambiente e suas instituições executoras vinculadas, Secretarias de Planejamento e suas instituições vinculadas quando executoras do zoneamento ecológico-econômico no estado, Superintendências do IBAMA, e escritórios regionais do INCRA, FUNAI, Polícia Federal e Secretarias Municipais (enquanto atores de atividades de apoio à gestão ambiental) nos nove estados da Amazônia Legal.

VI) Situação Atual: (24/03/95)

1. Contrato de Doação entre o Governo brasileiro e o Banco Mundial, para os recursos do RFT, foi assinado em dezembro de 1994. Os Contratos de Doação do Governo brasileiro com a Comunidade Européia e com o KfW ainda estão em negociação, a previsão para assinatura de ambos é o mês de maio deste ano;
2. Convênios de Adesão com os nove estados da Amazônia Legal assinados;
3. Finalizando o cumprimento das condições de efetividade;
4. O Subprograma deverá receber os primeiros desembolsos em julho do corrente;
5. O Projeto Educação Ambiental, também integrante do Subprograma, está em fase de preparação.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
SECRETARIA EXECUTIVA**

FICHA EXECUTIVA DE PROJETOS

I) Identificação

Subprograma: Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais

Projeto: **Reservas Indígenas**

Secretaria Técnica: Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Responsável: Arthur Nobre Mendes

Fone: (061) 226-7500

Instituição Executora: FUNAI

Custo total: US\$ 20,9 milhões (appraisal/94)

US\$ 2,1 milhões RFT + US\$ 16,6 milhões KFW (DM 30 milhões) + US\$ 2,2 milhões

Contrapartida Governo do Brasil

Duração prevista: 05 anos.

II) Objetivos do Projeto:

Contribuir para a proteção e conservação das áreas indígenas da Amazônia Legal, através do melhoramento, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais.

III) Estratégia:

O projeto tem como estratégia, o apoio ao processo de regularização fundiária das terras indígenas da Amazônia Legal e as ações legais de proteção das áreas e populações indígenas da Amazônia Legal, além de contribuir para compatibilizar o manejo tradicional indígena da floresta com tecnologias ambientalmente apropriadas, de forma a conservar e melhorar a qualidade de vida dessas populações.

IV) Resultados Esperados:

55 áreas indígenas identificadas; 6 áreas com seus limites revisados; 58 áreas demarcadas e sinalizadas; planos de vigilância desenvolvidos e implementados; cursos de capacitação para o corpo técnico da FUNAI ministrados; estudos sobre legislação indigenista e sobre alternativas de métodos de demarcação elaborados e subprojeto piloto ambiental, que pretende testar metodologias apropriadas de desenvolvimento sustentável e de manejo de recursos naturais em áreas indígenas, desenvolvido e implantado.

V) Beneficiários:

A população indígena das áreas a serem identificadas e demarcadas pelo projeto.

O Governo brasileiro, na medida em que disporá de recursos para atender, em parte, o dispositivo constitucional que estabelece a necessidade da União concluir a demarcação das terras indígenas.

VI) Situação Atual: (24/03/95)

O Contrato de Doação entre o Governo brasileiro e o Banco Mundial, para os recursos do RFT, encontra-se em negociação. O Acordo Intergovernamental Brasil/Alemanha e o Contrato de Doação entre o Governo brasileiro e o KfW, que viabilizam os recursos alemães, já foram negociados e têm previsão de assinatura em abril de 1995.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
SECRETARIA EXECUTIVA**

FICHA EXECUTIVA DE PROJETOS

I) Identificação:

Subprograma: Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais

Projeto: Florestas Nacionais - Flonas

Secretaria Técnica: IBAMA

Responsável: Eleonora Galvarros B. Ribeiro Fone: (061) 316-1058

Instituições Participantes: IBAMA + ONGs + Comunidades

Custo total do Subprojeto: US\$ 9 milhões (Genebra/91)

Duração prevista: 05 anos.

II) Objetivos do Projeto

Desenvolver estratégias para viabilizar o manejo sustentado dos recursos florestais na Amazônia, em Flonas selecionadas, com participação dos segmentos interessados, compatibilizando atividades econômicas com a conservação dos recursos naturais.

III) Estratégias

O projeto atuará em três Florestas Nacionais: Flona Tapajós/PA, Flona Caxiuanã/PA e Flona Tefé/AM, trabalhando os seguintes componentes: (i) Administração, Monitoria e Avaliação; (ii) Consolidação de Flonas Modelo; (iii) Sistema de Gestão Participativo das Flonas; (iv) Manejo Integrado e Sustentado - MIS; (v) Apoio ao Desenvolvimento Comunitário; (vi) Desenvolvimento e Implementação de Estratégias.

IV) Resultados Esperados:

Planos de manejo integrado, sustentado e participativo dos recursos naturais das Flonas selecionadas com possibilidade de mediante estratégias propostas, serem expandidos para outras áreas da Amazônia. Entende-se o manejo integrado, sustentado e participativo da seguinte forma: (i) integrado refere-se ao uso dos produtos (madeireiros e não madeireiros) e serviços potenciais (incluindo a proteção da biodiversidade, ecoturismo, etc) da Flona, ou seja, o uso múltiplo dos recursos naturais renováveis; (ii) sustentado é a busca de sistemas que garantam que as gerações futuras usufruam dos recursos naturais renováveis de igual forma ou melhor que a geração atual; (iii) participativo é o desenvolvimento em conjunto com as populações locais, ONG's e segmentos empresariais.

V) Beneficiários:

O projeto terá como beneficiários as instituições participantes que deverão adquirir experiência e conhecimentos práticos para lidar com a gestão das Flonas. Por outro lado, beneficiam-se das ações do projeto o setor madeireiro e a população dentro e no entorno das Flonas. Beneficia-se, da mesma forma, o Governo e a sociedade brasileira na medida em que o projeto enquadra-se nas intenções de estabelecer diretrizes para uma política florestal e nos diversos esforços governamentais de tornar produtivos, de uma forma integrada e ecologicamente sustentável, os vastos recursos da região amazônica.

VI) Situação atual: (24/03/95)

1. Projeto em fase de Pré-avaliação
2. Missão de pré-avaliação - abril 1995

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
SECRETARIA EXECUTIVA**

FICHA EXECUTIVA DE PROJETOS

I) Identificação

Subprograma: Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais

Projeto: Manejo Integrado de Recursos Naturais

Secretaria Técnica: IBAMA

Responsável: Eleonora Galvarros B. Ribeiro Fone: 316-1058

Instituição Executora: IBAMA

Custo Total: US\$ 7 milhões (Genebra/91)

Duração prevista: 3 anos

II) Objetivos do Projeto

Incentivar o desenvolvimento de produtos e tecnologias apropriadas ao desenvolvimento ambientalmente sustentável, que proporcione uma base econômica razoável para a população amazônica, compreendendo:

- a) a identificação de produtos comercialmente viáveis;
- b) a coleta e disseminação de informações sobre técnicas, métodos e sistemas tradicionais de manejo de recursos naturais;
- c) a promoção e o desenvolvimento de produtos e tecnologias sustentáveis.

III) Estratégia

IV) Resultados Esperados

V) Beneficiários

VI) Situação Atual (março/95)

Projeto em fase de preparação

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
SECRETARIA EXECUTIVA**

FICHA EXECUTIVA DE PROJETOS

I) Identificação

Subprograma: Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais

Projeto: Parques e Reservas

Secretaria Técnica: IBAMA

Responsável: Eleonora Galvarros B. Ribeiro Fone: 316-1058

Instituição Executora: IBAMA

Custo Total: US\$ 22 milhões (Genebra/91)

Duração prevista: 3 anos

II) Objetivos do Projeto:

O objetivo do projeto é apoiar os esforços brasileiros na proteção da biodiversidade dos ecossistemas amazônicos, utilizando como instrumento o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) de uso direto e indireto.

III) Estratégia

IV) Resultados esperados

V) Beneficiários

VI) Situação Atual (março/95)

Projeto em fase de preparação.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
SECRETARIA EXECUTIVA**

FICHA EXECUTIVA DE PROJETOS

I) Identificação:

Subprograma: Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais

Projeto: Recuperação de Áreas Degradadas

Secretaria Técnica: IBAMA

Responsável: Eleonora Galvarros B. Ribeiro Fone: 316-1058

Instituição Executora: IBAMA

Custo Total: US\$ 9,0 milhões (Genebra/91)

Duração prevista: 3 anos

II) Objetivos do Projeto:

Viabilizar planos de recuperação, reabilitação e reaproveitamento de áreas por tipologia do processo de exploração, através de trabalho conjunto entre o Poder Público, as comunidades, as instituições de pesquisa e o empresariado, transformando-as em áreas economicamente sustentadas, para que as populações e comunidades nelas assentadas não venham a contribuir para a devastação de novas áreas naturais. Pretende, igualmente, assegurar a difusão dos resultados obtidos, através de manuais de orientação técnica.

III) Estratégias:

IV) Resultados Esperados:

V) Beneficiários:

VI) Situação Atual: (março/95)

Projeto em fase de preparação.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE,
DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL**

NOTA INFORMATIVA

Assunto: Projeto Reservas Extrativistas do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

- 1. Instituições Executoras:** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Associações Extrativistas das Reservas; Conselho Nacional dos Seringueiros.
- 2. Duração Prevista:** 04 anos.
- 3. Custo Total:** US\$ 9,66 milhões dos seguintes financiadores: US\$ 3 milhões do "Rain Forest Trust Fund" (fundo fiduciário para o Programa Piloto administrado pelo Banco Mundial), US\$ 5,8 milhões da Comunidade Européia e US\$ 860 mil de contrapartida nacional.
- 4. Situação Atual:** O contrato de doação entre o Governo brasileiro, Banco Mundial e a União Européia, que viabiliza a totalidade dos recursos externos, foi assinado em novembro de 1994, o projeto deverá receber os primeiros desembolsos em abril do corrente.
- 5. Breve Histórico:**

A proposta de Reserva Extrativista surgiu no âmbito do movimento social dos seringueiros acreanos, em meados da década de 80, como uma das alternativas ao processo de expansão da fronteira agrícola na região, iniciado no começo da década de 70. Em 1985 foi elaborada a proposta "Reserva Extrativista - Reforma Agrária do Seringueiro", cuja finalidade inicial era resolver a situação fundiária de determinadas áreas da Amazônia e garantir, aos trabalhadores extrativistas, o direito de continuarem produzindo nas áreas que historicamente ocupavam e conservavam.

A lei nº 7804, de 18 de julho de 1989, determinou a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelos poderes públicos, incluindo entre eles áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas. A criação de reservas extrativistas, sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, foi regulamentada pelo Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, sendo definidas como espaços territoriais pertencentes à União, destinados à utilização sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista.

As reservas criadas até o momento são as seguintes:

Nome	Estado	Decreto nº	Área	População
Alto Juruá	AC	98.863/90	506.186	5.821
Chico Mendes	AC	99.144/90	970.570	12.017
Rio Cajari	AP	99.145/90	481.650	3.639
Rio Ouro Preto	RO	99.166/90	204.583	775
Pirajubaé	SC	533/92	1.444	1.000
Ciriaco	MA	534/92	7.050	1.150
Extr. Norte Tocantins	TO	535/92	98.280	2.000
Mata Grande	MA	532/92	10.450	1.500
Quilombo do Flexal	RO	536/92	9.542	900

6. Objetivos:

O Projeto Reservas Extrativistas integra o Subprograma de Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e tem por objetivo testar, em quatro Reservas Extrativistas Alto Juruá e Chico Mendes no Estado do Acre, Rio Ouro Preto em Rondônia e Rio Cajari no Amapá, modelos apropriados de gerenciamento econômico, social e ambiental, aperfeiçoando os métodos e procedimentos utilizados pelas populações tradicionais, na administração dos recursos naturais renováveis nas florestas tropicais, através da co-gestão entre Governo e sociedade.

7. Estratégia:

A estratégia do Projeto está orientada para: a) completar a efetivação e regularização de 4 reservas extrativistas; b) fortalecer as associações extrativistas e instalar infra-estrutura social e comunitária nas reservas; c) melhorar a capacidade produtiva e comercial das reservas; d) aprimorar a manutenção e manejo sustentável dos recursos naturais nas reservas; e) apoiar o gerenciamento e a administração adequada e participativa do projeto.

O projeto está organizado por componentes temáticos:

- Efetivação das Reservas Extrativistas;
- Organização Social e Comunitária;
- Organização da Produção;
- Gerenciamento Ambiental;
- Gerenciamento do Projeto

8. Resultados Esperados:

Os principais resultados esperados pelo projeto são: sistema integrado de planejamento de intervenções produtivas e de avaliação de impactos elaborado e implantado; seis projetos produtivos experimentais, administrados pelas comunidades locais, para extração e/ou transformação de produtos florestais não-madeireiros; quatro Planos de Desenvolvimento e de Monitoramento Ambiental elaborados e implementados; seis associações representantes das comunidades das Reservas criadas, consolidadas e capacitadas para gerenciar as atividades das Reservas; propostas de diretrizes de políticas públicas para o segmento Reservas Extrativistas elaboradas.

9. Beneficiários:

O Projeto beneficiará diretamente cerca de quatro mil famílias de trabalhadores extrativistas que vivem nas Reservas Alto Juruá/AC, Chico Mendes/AC, Rio Ouro Preto/RO e Rio Cajari/AP. Beneficiará também, todas as populações tradicionais da Amazônia e do País na medida em que a metodologia e a experiência adquirida serão valiosas para orientar trabalhos futuros em outras áreas.

10. Observações:

Pode-se destacar nesta iniciativa que a participação das populações locais está prevista para todas as atividades programadas pelo projeto. Ela se dará em

diversos níveis e sob diferentes formas, envolvendo as entidades representativas, as associações e as comunidades propriamente ditas. Quanto às comunidades, elas serão co-gestoras e co-responsáveis pelo desenvolvimento do projeto, tendo um papel ativo nas discussões e implementação das ações.

É necessário levar-se em conta que as reservas extrativistas constituem uma proposta onde a conservação dos recursos naturais coexiste com os propósitos de sobrevivência e desenvolvimento de comunidades que exploram as florestas. Sua relevância está em considerar as questões produtiva, social e ambiental sob um enfoque integrado.

A superação do extrativismo tradicional é importante dimensão presente na proposta de implementação das reservas extrativistas. Pretende-se desenvolver alternativas que permitam uma diversificação dos produtos de base da economia extrativista. Nesse sentido, o levantamento de outros produtos extractivos com potencial econômico, a busca e ampliação dos mercados (interno e externo) destes produtos, o enriquecimento e manejo da floresta com espécies de interesse econômico e a transformação e comercialização desses produtos são elementos essenciais para o sucesso dessa alternativa.

Brasília, 22 de março de 1995.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE,
DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL**

NOTA INFORMATIVA

Assunto: Subprograma de Política de Recursos Naturais do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.

1. Instituições Executoras: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Órgãos Estaduais de Meio Ambiente e de Planejamento; outros Órgãos federais, estaduais e municipais atuantes na região.

2. Duração Prevista: 05 anos.

3. Custo Total: US\$ 88 milhões

Cooperação Financeira:

US\$ 77,2 milhões dos seguintes financiadores: US\$ 20 milhões do "Rain Forest Trust Fund" - RFT (fundo fiduciário para o Programa Piloto administrado pelo Banco Mundial), US\$ 21 milhões da Comunidade Européia, US\$ 24,8 milhões do Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW e US\$ 11,4 milhões de contrapartida nacional.

Cooperação Técnica:

US\$ 10,8 milhões sob a forma de coop. técnica das seguintes agências:

US\$ 5 milhões da Oversea Development Agency - ODA

US\$ 5,8 milhões da Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit - GTZ

4. Situação Atual: O contrato de doação entre o Governo brasileiro e o Banco Mundial, para os recursos do RFT, foi assinado em dezembro de 1994. Os contratos de doação do Governo

brasileiro com a Comunidade Européia e com o KfW ainda estão em negociação, a previsão para assinatura de ambos é o mês de maio deste ano. O subprograma deverá receber os primeiros desembolsos em julho do corrente.

5. Breve Histórico:

Em 1988, a Constituição Federal dedicou um capítulo exclusivo à questão ambiental, tratando do direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à adequada qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. Além desse capítulo a Constituição estabelece que a questão ambiental deve ser legislada concorrentemente pela União e Estados, cabendo à União legislar sobre normas gerais e aos Estados a competência suplementar para atender suas peculiaridades.

Baseado neste dispositivo, o Governo Federal estabeleceu como estratégia de ação, Programas e Projetos que considerem e estimulem a necessidade de descentralização da gestão ambiental para Estados e Municípios, nesse sentido, foram criados os Projetos de Execução Descentralizada - PED, no âmbito do Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA e o Subprograma de Política de Recursos Naturais do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.

No seu desenvolvimento, os PED deverão contribuir para a incorporação da sociedade brasileira à gestão ambiental, através da atuação compartilhada entre suas organizações constituídas e os governos da União, dos Estados e dos Municípios. E o Subprograma de Política de Recursos Naturais pretende criar condições para a implementação do Sistema Estadual de Gestão Ambiental - SEGA em cada unidade federada da Amazônia Legal, bem como promover a compatibilidade da atuação regional desses sistemas. O subprograma está comprometido com a organização do SEGA ao nível estadual, como um processo de descentralização, onde as agências federais e estaduais devem atuar cooperativamente para superação dos problemas comuns.

6. Objetivos:

Os objetivos básicos do Subprograma de Política de Recursos Naturais são os de:

(i) Fortalecer as capacidades de análise política, de regulamentação e de implementação de projetos da entidades que lidam com a gestão ambiental a nível estadual, a fim de que estas possam desenvolver suas funções de uma

forma integrada e complementar, num Sistema Estadual de Gestão Ambiental - SEGA;

(ii) Executar atividades de zoneamento, monitoramento, controle e fiscalização em áreas prioritárias nos estados, para mitigar os principais problemas ambientais existentes nessas áreas; e

(iii) Apoiar a descentralização da gestão ambiental do âmbito federal para o âmbito estadual/municipal.

7. Estratégia:

A estratégia do Subprograma está no suporte para o fortalecimento institucional dos órgãos de governo no âmbito estadual, responsáveis pela questão ambiental, promovendo a integração como forma de reforçar politicamente a área ambiental e reduzir os desperdícios e conflitos.

O Subprograma de Política de Recursos Naturais está estruturado nos seguintes componentes principais:

(i) Fortalecimento Institucional dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs, que tem a finalidade básica de criar as condições para a concepção, formulação e implementação do SEGA em cada um dos nove estados da Amazônia Legal, concentrando seus esforços no OEMA, no Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA, no Batalhão Florestal (quando existir) e nos órgãos jurídicos envolvidos com o meio ambiente (poder judiciário), Curadoria do Meio Ambiente, por exemplo, promovendo, também, a integração e compatibilização da atuação regional desses SEGAs;

(ii) Fortalecimento Institucional dos Órgãos de Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, que compreende a capacitação da equipe de especialistas da SAE/PR e o fortalecimento das entidades estaduais responsáveis pelo ZEE, além da implementação de um estudo sobre informações territoriais da região amazônica; e

(iii) Subprojetos Integrados, que compreende a execução de experiências piloto, em áreas geográficas e temas prioritários selecionados pelos estados, incluindo atividades do ZEE, C&F e M. A execução desses subprojetos pressupõe a relevante atuação de agentes públicos de diversos níveis administrativos, de forma conjunta, com a participação preferencial de entidades municipais e privadas, com a sociedade civil desempenhando sempre o papel de controle social das ações empreendidas. Tanto as áreas geográficas quanto os

temas prioritários devem estar identificados nos Planos de Gestão Ambiental (PGAs) a serem elaborados pelos estados, e que fixarão as diretrizes básicas da gestão das questões ambientais em cada estado, por um período de cinco (05) anos. Estes PGAs indicarão as áreas prioritárias onde existam problemas ambientais associados a conflitos sócio-econômicos e pela representatividade ecológica. Os temas prioritários deverão ter replicabilidade e devem considerar o fato de constituirem elemento significativo para proteção dos recursos naturais em áreas mais abrangentes. Adicionalmente, poderão ser executadas ações emergenciais de fiscalização, limitadas em US\$ 250 mil por cada estado, no prazo de execução do PPRN.

8. Resultados Esperados:

Gestão Ambiental Regional Integrada;
Área ambiental politicamente reforçada;
Gestão ambiental descentralizada;
Experiências piloto de controle, fiscalização, monitoramento e zoneamento em áreas prioritárias geradas.

9. Beneficiários:

Secretarias de Estado de Meio Ambiente e suas instituições executoras vinculadas, Secretarias de Planejamento e suas instituições vinculadas quando executoras do zoneamento ecológico-econômico no estado, Superintendências do IBAMA, e escritórios regionais do INCRA, FUNAI, Polícia Federal e Secretarias Municipais (enquanto atores de atividades de apoio à gestão ambiental) nos nove estados da Amazônia Legal.

10. Observações:

Os recursos externos para este Subprograma estarão disponíveis após o cumprimento de algumas condições contratuais, as chamadas Condições de Efetividade, que são as seguintes:

(i) elaboração e adoção de um Manual Operativo para orientar as entidades participantes quanto às características e regras de implementação do Subprograma. Este manual já foi elaborado e se encontra no Banco Mundial para análise;

(ii) elaboração e assinatura de Convênios de Adesão com pelo menos cinco Estados participantes. Todos os Estados participantes assinaram os convênios de adesão;

(iii) estabelecimento, no âmbito do MMA, de uma Secretaria Técnica e de uma Comissão de Projetos, para coordenar a execução do Subprograma. Está sendo providenciado pelo MMA;

(iv) Plano Operativo Anual para o primeiro ano elaborado;

(v) Contrato de Doação para os recursos da CEC assinado e efetivo. A minuta deste contrato ainda não foi submetido ao Governo brasileiro.

11. Anexos:

tabelas de recursos para o primeiro ano.

Brasília, 22 de março de 1995.

PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICais DO BRASIL - PP/G7
SUBPROGRAMA DE POLÍTICA DE RECURSOS NATURAIS
RECURSOS PARA O 1º ANO

ATIVIDADES/ESTADOS	MT	RO	TOTAL	US\$ 1,00
1.1 Reorganização da estrutura organizacional dos OEMAs	106.778	106.778		213.556
1.2 Capacitação dos recursos humanos	195.796	195.796		391.592
1.3 Interligação Informatizada em rede dos OEMAs	20.492	5.850		26.342
1.4 Complementação da Infraestrutura ambiental: construção (sede, regional, laboratório), compra de automóveis, barcos e equipamentos	13.968			13.968
2. Atualização, compatibilização da legislação ambiental dos Estados	14.788	7.778		22.566
3. Execução de programas de informação ambiental para aumentar a participação popular em audiências públicas e divulgar novas tecnologias	3.889	3.889		7.778
4. Organização de um grupo técnico permanente - GTTP, para discussão de assuntos de interesse regional	17.855	17.856		35.711
5. Promover assistência técnica ao Estado para gerenciar o projeto e elaborar subprojetos integrados	114.362	114.362		228.724
6. Fortalecimento dos COEMA's através de assistência técnica especializada e realização de cursos	18.881	11.138		30.019
SUBTOTAL	506.809	463.447		970.256
1. Fortalecimento Institucional das entidades executoras do zoneamento ecológico-econômico	178.080	178.500		356.580
TOTAL GERAL	<u>684.889</u>	<u>641.947</u>		<u>1.326.836</u>

FONTE: Memorando e Recomendações do BIRD

NOTA: Os recursos do Subprograma de Política de Recursos Naturais para os estados do Mato Grosso e Rondônia são compatibilizados com os Projetos Ambientais (PRODEAGRO e PLANAFORO - Empréstimos nº 3492-BR e 3444-BR) financiados pelo Banco Mundial. Primeiramente, serão liberados as fontes de empréstimo, posteriormente desembolsadas as fontes de doação.

PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICais DO BRASIL - PP/G7
SUBPROGRAMA DE POLÍTICA DE RECURSOS NATURAIS
RECURSOS PARA O 1º ANO

ATIVIDADES/ESTADOS	AC	AM	AP	MA	PA	RR	TO	TOTAL
1.1 Reorganização da estrutura organizacional dos OEMAs	106.777	106.777	106.778	106.778	106.778	106.778	106.778	747.444
1.2 Capacitação dos recursos humanos	137.888	137.888	79.608	137.888	195.920	79.608	79.608	848.408
1.3 Interligação Informatizada em rede dos OEMAs	9.072	30.400	7.918		25.026		33.026	105.442
1.4 Complementação da Infraestrutura ambiental: construção (sede, regional, laboratório), compra de automóveis, barcos e equipamentos	70.000	60.000	96.485	117.904	128.523	60.000	153.120	686.032
2. Atualização, compatibilização da legislação ambiental dos Estados	18.462	34.654	28.032	17.738	21.564	7.778	15.786	144.014
3. Execução de programas de Informação ambiental para aumentar a participação popular em audiências públicas e divulgar novas tecnologias	30.389	20.689	13.389	3.889	20.389	7.889	12.288	108.922
4. Organização de um grupo técnico permanente - GTTP, para discussão de assuntos de interesse regional	17.856	17.856	17.855	17.855	17.855	17.856	17.856	124.989
5. Promover assistência técnica ao Estado para gerenciar o projeto e elaborar subprojetos integrados	27.223	27.223	136.152	136.152	27.223	136.152	136.151	626.276
6. Fortalecimento dos COEMA's através de assistência técnica especializada e realização de cursos	17.715	46.407	10.570	30.636	36.982	28.806	34.983	206.099
SUBTOTAL	426.310	460.566	519.269	576.758	555.234	469.893	589.596	3.597.626
1. Fortalecimento Institucional das entidades executoras do zoneamento ecológico-econômico	178.000	171.000	178.000	178.000	152.000	229.000	275.000	1.361.000
TOTAL GERAL	604.310	631.566	697.269	754.758	707.234	698.893	864.596	4.958.626

FONTE: Memorando e Recomendações do BIRD
NOTA: Estão sendo alocados o valor de US\$ 480.000,00 para a administração do Subprograma - Subprograma - Secretaria Técnica.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE,
DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL**

NOTA INFORMATIVA

Assunto: Projeto Reservas Indígenas do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

1. Instituição Executora: Fundação Nacional do Índio.

2. Duração Prevista: 05 anos.

3. Custo Total: US\$ 20,9 milhões dos seguintes financiadores: US\$ 2,1 milhões do "Rain Forest Trust Fund" - RFT (fundo fiduciário para o Programa Piloto administrado pelo Banco Mundial), US\$ 16,6 milhões do Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) e US\$ 2,2 milhões de contrapartida nacional.

4. Situação Atual: O contrato de doação entre o Governo brasileiro e o KfW, que viabiliza os recursos alemães, está sendo negociado e tem previsão de assinatura para início de abril deste ano. O contrato de doação entre o Governo brasileiro e o Banco Mundial, para os recursos do RFT, também está sendo negociado e deverá ser assinado no final de abril do corrente. O projeto deverá receber os primeiros desembolsos em julho de 1995.

5. Breve Histórico:

A Constituição de 1988 resguarda os direitos das populações indígenas de preservar sua organização social própria, seus credos e tradições, além da posse da terra por elas ocupadas tradicionalmente como principal elemento para garantir o bem estar físico e a manutenção de suas culturas.

O reconhecimento da posse indígena fundamenta-se no artigo 231 da Constituição Federal. O ponto central e definidor do direito à terra é a tradicionalidade da ocupação, por terras tradicionalmente ocupadas, a Constituição entende:

- a) aquelas habitadas pelos índios em caráter permanente;
- b) as utilizadas para suas atividades produtivas;
- c) as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar;
- d) as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos e costumes.

É notório o conhecimento que as populações indígenas possuem sobre os recursos naturais e o manejo tradicional que consegue retirar do meio ambiente, de forma sustentável, o que precisam para as suas necessidades básicas. Algumas iniciativas de estudar este conhecimento empírico foram, ao longo dos anos, bem sucedidas notadamente no campo do extrativismo e do uso de plantas medicinais.

O presente projeto propõe a proteção das áreas indígenas da Amazônia Legal, por intermédio de ações de regularização e vigilância dessas áreas e o desenvolvimento de um subprojeto piloto ambiental que pretende compatibilizar o manejo tradicional indígena com tecnologias ambientalmente apropriadas, de forma a conservar e melhorar a qualidade de vida dessas populações.

6. Objetivos:

Contribuir para a proteção e conservação das áreas indígenas da Amazônia Legal, através do melhoramento, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais.

7. Estratégia:

O projeto tem como estratégia, o apoio ao processo de regularização fundiária das terras indígenas da Amazônia Legal e as ações legais de proteção das áreas e populações indígenas da Amazônia Legal, além de contribuir para compatibilizar o manejo tradicional indígena da floresta com tecnologias ambientalmente apropriadas, de forma a conservar e melhorar a qualidade de vida dessas populações.

8. Resultados Esperados:

55 áreas indígenas identificadas; 6 áreas com seus limites revisados; 58 áreas demarcadas e sinalizadas; planos de vigilância desenvolvidos e implementados; cursos de capacitação para o corpo técnico da FUNAI ministrados; estudos sobre legislação indigenista e sobre alternativas de métodos de demarcação elaborados e subprojeto piloto ambiental, que pretende testar metodologias apropriadas de desenvolvimento sustentável e de manejo de recursos naturais em áreas indígenas, desenvolvido e implantado.

9. Beneficiários:

A população indígena das áreas a serem identificadas e demarcadas pelo projeto.

O Governo brasileiro, na medida em que disporá de recursos para atender, em parte, o dispositivo constitucional que estabelece a necessidade da União concluir a demarcação das terras indígenas.

10. Observações:

As áreas a serem regularizadas no âmbito deste Projeto, seguirão a lista de prioridades anexa. Esta lista é revisada anualmente e definida segundo critérios técnicos de prioridade pautados na existência ou não de ameaças a integridade física e cultural do grupo indígena, combinada ao grau de vulnerabilidade de sua terra de ocupação.

11. Anexos:

Lista de Prioridades para regularização das terras indígenas no âmbito deste projeto.

Brasília, 22 de março de 1995.

Terras Indígenas a serem Demarcadas pelo PPTAL em Ordem de Prioridad
As Terras Indígenas abaixo relacionadas serão demarcadas de acordo com a legislação brasileira

Nº	TERRA INDÍGENA	UF	POP	SUPERF
			1992	HA
1	KARARAÔ	PA	42	224.000
2	MÉDIO RIO NEGRO	AM	1.033	2.142.000
3	PARQUE DO ARAGUAIA	TO	1.801	1.395.000
4	BOTO VELHO	TO	93	145.080
5	TUKUNA LAURO SODRÉ	AM	60	9.600
6	TUKUNA UMARIAÇÚ	AM	1.720	1.600
7	VALE DO RIO JAVARI	AM	3.000	8.338.000
8	ALTO RIO NEGRO	AM	17.738	8.150.000
9	ALTO SEPATINI	AM	70	27.500
10	PENERI-TACAQUIRI	AM	700	191.000
11	SERUINI-MARIENÉ	AM	150	144.000
12	TUMIÃ	AM	110	124.000
13	IGARAPÉ PATAUÁ	AM		
14	JUMA	AM	8	38.700
15	MUNDURUKU	PA	2.384	948.541
16	NOVA ESPERANÇA	AM		6.400
17	PRAIA DO CARAPANÃ	AM		
18	RIOZINHO DA LIBERDADE	AC		
19	ÁGUA PRETA/INARI	AM	120	150.000
20	CAMADENI	AM	65	151.200
21	CATIPARI-MAMORIÁ	AM	115	117.000
22	CABECEIRA DO RIO ACRE	AC	323	76.680
23	INAUINI-TEUINI	AM	450	450.000
24	PAUMARI DO CUNIÚÁ	AM	53	35.000
25	PAUMARI DO LAGO MARAHÃ	AM	270	78.400
26	SÃO PEDRO DO SEPATINI	AM	40	27.800
27	TUKUNA DO RIO ICÁ (Matintin)	AM		22.000
28	CUNHÃ	AM	140	12.730
29	SAPUCAIA	AM		106.150
30	BARATA LIVRAMENTO	RR	520	13.250
31	BOQUEIRÃO	RR	400	13.950
32	IGARAPÉ CAPANA	AM		127.650
33	JABOTI	AM	78	13.000
34	JACAMIM	RR	212	107.000

Terras Indígenas a serem Demarcadas pelo PPTAL em Ordem de Prioridad

As Terras Indígenas abaixo relacionadas serão demarcadas de acordo com a legislação brasileira

Nº	TERRA INDÍGENA	UF	POP	SUPERF
			1992	HA
35	KUMARU DO LAGO UALÁ	AM	155	77.000
36	PARANÁ DO PARICÁ	AM	15	8.220
37	RAIMUNDÃO	RR	150	4.300
38	RECANTO DA SAUDADE (Moscow)	RR	175	13.750
39	TABALASCADA	RR	220	8.250
40	BOA VISTA	AM	30	230
41	KAYABI (GLEBA SUL)	PA		52.500
42	RIO APAPORIS	AM	141	113200
43	MARAMANDUBA	PA		26
44	PAUMARI DO LAGO MANISSUÁ	AM	140	11.700
45	RIO BIÁ	AM	400	1.180.200
46	APURINÁ IG. S. JOÃO	AM	53	15.050
47	TORÁ	AM		24.600
48	JAMINAWA IG. PRETO *	AC	150	25.917
49	JAMINAWA-ARARA	AC	150	28.280
50	JARAWARA/JAMAMADI/KANAMATI	AM	262	383.757
51	KANAMARI DO RIO JURUÁ	AM	496	607.563
52	PARQUE DO TUMUCUMAQUE	PA	344	2.700.000
53	RIO PARU DE LESTE	PA	68	1.182.800
54	PAUMARI DO LAGO PARICÁ	AM	30	15.800
55	PAUMARI DO RIO ITUXI	AM	38	6.700
56	POYANAWA	AC	300	20.081
57	UNEIUXI	AM	340	405.000
58	ALTO TARAUACÁ	AC	1.400	52.000
59	KAMPA DO ENVIRA	AC	80	247.200
60	XINANE	AC		175.000
61	PARANÁ DO BOÁ-BOÁ	AM	56	243.500
62	IGARAPÉ GRANDE *	AM	65	551
63	KOKAMA (BARREIRA DAS MISSÕES)	AM	480	1.772
64	LAMEIRÃO	AM	80	49.500
65	MARAÃ URUBAXI	AM	88	80.000
66	WAI-WAI	RR	350	330.000
67	ACIMÃ	AM	70	40.800
68	NUKINI DO RECREIO	AC		

Terras Indígenas a serem Demarcadas pelo PPTAL em Ordem de Prioridad

As Terras Indígenas abaixo relacionadas serão demarcadas de acordo com a legislação brasileira

No	TERRA INDÍGENA	UF	POP 1992	SUPERF HA
69	KAXINAWÁ DO RIO BREU *	AC	175	23.840
70	BANAWA YAFI	AM	200	79.680
71	IGARAPÉ JOARI	AM	20	18.700
72	KULINA DO IGARAPÉ DO PAU *	AC	76	40.050
73	KULINA DO RIO AKURAWA	AM		
74	CUIÚ-CUIÚ	AM	400	36310
75	MARAITÁ	AM		46.941
76	PORTO PRAIA	AM	120	22.000
77	RIO JANDIATUBA	AM		
78	RIO TÉA	AM		414.300
79	SÃO JOSÉ DO CIPÓ	AM		
80	SERINGAL INDEPENDÊNCIA	AC		
81	TUPÁ SUPÉ *	AM	27	5.039
	TOTAIS		39.039	32.179.338

Obs. As Terras Indígenas sem informação de superfície e perímetro ou população foram identificadas e não tiveram concluídos os relatórios cartográficos e antropológicos

* Sujeito a confirmação quanto a superfície e perímetro.

Terras Indígenas a Serem Identificadas pelo PPTAL em Ordem de Prioridade

As Terras Indígenas abaixo relacionadas serão identificadas de acordo com a legislação brasileira

No	TERRA INDÍGENA	GRUPO	POP (92)	UF
1	ESPIRITO SANTO	TUKUNA	140	AM
2	IGARAPÉ ANJO	KAXINAWA		AC
3	TENHARIM DO IGARAPÉ PRETO	TENHARIM	62	AM
4	CUMINAPANEMA/URUCARIANA	POTURU	143	PA
5	TROMBETAS/MAPUERA	HIXKARINA		AM
6	JUMAS	MURA		AM
7	CASTANHA	MURA		AM
8	JAUARI	MURA	25	AM
9	JOSEFA	MURA		AM
10	LIMÃO	MURA		AM
11	MARINHEIRO	MURA		AM
12	MIGUEL	MURA		AM
13	MURATUBA	MURA		AM
14	TERRA PRETA	MURA		AM
15	RIO CURUÁ	CURUAYA		PA
16	ARARI	MURA		AM
17	PACOVÃO	MURA		AM
18	PAI RAIMUNDO	MURA		AM
19	ACAPORI DE CIMA	KOKAMA		AM
20	AMANAYÉ	AMANAYÉ		PA
21	XIPAYA-CURUAYA	XIPALA-CURUAYA		PA
22	RIO MANICORÉ	MURA		AM
23	TABOCAL	MURA	20	AM
24	KANAMARI DO MATRINCHÁ	KANAMARI		AM
25	KULINA DO MÉDIO JUTAI	KULINA	30	AM
26	TAPAUÁ	APURINA	290	AM
27	MARIMÁ	ISOLADOS	60	AM
28	SÃO SEBASTIÃO	KAYXANA	160	AM
29	ARARA DO IGARAPÉ HUMAITÁ	ARARA	200	AC
30	IGARAPÉ SEPOTI	TORÁ		AM
31	MURIRUH	WAPIXANA	20	RR
32	BALAIÓ	DIVERSOS		AM
33	JACAREÚBA/KATAUIXI	ISOLADOS		AM
34	JURUÁ	KULINA	140	AM
35	PARINTINTIM	PARINTINTIM	53	AM
36	PIRANHAS	KANAMARI	130	AM
37	RIOZINHO	TUKUNA		AM
38	SAMAUMA	TUKANO		AM
39	FÉ EM DEUS	MURA		AM
40	JUTAI/IGAPÓ AÇÚ	MURA		AM
41	RESTAURAÇÃO	KANAMARI		AM
42	RIO BRANCO	DJARRUI		AM
TOTAL			1.473	

Terras Indígenas a Serein Revisadas pelo PPTAL em Ordem de Prioridade

As Terras indígenas abaixo relacionadas serão revisadas de acordo com a legislação brasileira.

No	TERRA INDÍGENA	UF	POP (92)	SUP
1	SORORÓ	PA	119	26.257
2	BACURIZINHO	MA	1396	82.132
3	KANELA	MA	822	125.212
4	PORQUINHOS	MA	309	79.520

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE,
DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL**

NOTA INFORMATIVA

Assunto: Projeto Demonstrativo Tipo A - PD/A do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.

1. Instituições Executoras: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA, com apoio do Grupo de Trabalho Amazônico - GTA e Comissão de Acompanhamento do Programa Piloto para a Mata Atlântica - CMA; Banco do Brasil como agente financeiro;

2. Duração Prevista: 05 anos.

3. Custo Total: US\$ 19,2 milhões dos seguintes financiadores: US\$ 3 milhões do "Rain Forest Trust Fund" (fundo fiduciário para o Programa Piloto administrado pelo Banco Mundial), US\$ 4,5 milhões da Comunidade Européia - CEC, US\$ 14,7 milhões do Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW. Este projeto não tem contrapartida nacional.

4. Situação Atual: O contrato de doação entre o Governo brasileiro, o Banco Mundial e a Comunidade Européia, relativo aos recursos do RFT e da CEC, foi assinado em outubro de 1994. O contrato de doação do Governo brasileiro com o KfW ainda está em negociação, a previsão para assinatura é o mês de abril deste ano. O projeto já recebeu o primeiro desembolso no valor de US\$ 470 mil.

5. Breve Histórico:

A história dos projetos regionais de desenvolvimento, com reduzida participação do público interessado evidencia poucos resultados e limitado alcance dos objetivos. Este simples fato justificaria a inclusão, no Programa Piloto, de um

componente fundamentado em projetos, emanados da própria população. Além do mais, vários segmentos da Sociedade Civil, políticos locais, ONG's e/ou outros grupos organizados, públicos e privados, tendem a procurar, cada vez mais, por si, alternativas de redução dos danos ambientais e/ou modelos inovadores de desenvolvimento sócio-econômico sustentado numa base local ou regional. Este Projeto propõe-se a apoiar essas iniciativas, tornando-as viáveis e divulgando-as. Neste sentido, a idéia central é a de se testar e ampliar modelos de desenvolvimento sustentado que possuem um alto potencial multiplicativo, estruturando-se com base na experiência existente a nível de população. Novos sistemas de produção e novos arranjos de cooperação institucional devem emergir dessa experiência. A participação e a capacitação são dois princípios importantes para abordagem do Projeto Demonstrativo.

No decorrer dos últimos anos, vários grupos comunitários e ONG's têm trabalhado em ações diretas visando a redução dos impactos sociais e econômicos decorrentes da degradação ambiental. A maioria dessas iniciativas são de interesse e, realmente, contribuem para a resolução dos problemas locais, contudo, sofrem restrições orçamentárias e os seus canais de financiamento são limitados. Somente as ONG's mais proeminentes têm acesso a ajuda financeira externa.

As experiências atuais de desenvolvimento das comunidades e ONG's em ações ambientais diretas também se ressentem de uma capacidade institucional reduzida e de uma dispersão de esforços. Por essas razões, está sendo implantado o Projeto PD/A, que reforça essas iniciativas dentro da perspectiva global do Programa Piloto. Crescente consciência de que a participação mais estável e contínua da sociedade é condição básica para um desenvolvimento sustentado. O PD/A representa uma forma concreta de se aprimorar a qualidade de vida da população. O modelo associativo proposto para a sociedade civil e o Governo é certamente inovador, e também vêm reforçar os compromissos oficializados pela Constituição Federal de 1988.

6. Objetivos:

Contribuir para a conservação e preservação da Amazônia, da Mata Atlântica e dos ecossistemas associados, apoiando o desenvolvimento sustentável, pela participação e integração das contribuições das populações locais, dentro dos objetivos do Programa Piloto.

O PD/A é um mecanismo financeiro de apoio às iniciativas inovadoras ou já consagradas pelas organizações não governamentais e populações locais da Amazônia e da Mata Atlântica, que contribuam com as bases do desenvolvimento sustentável, econômico, ambiental e social da região.

Os objetivos específicos são os seguintes:

. Gerar conhecimento sobre a conservação, preservação ou manejo sustentável de recursos naturais, pelas populações locais, através de atividades demonstrativas.

. Transferir o conhecimento resultante das experiências existentes e dos subprojetos apoiados pelo PD/A, para outras comunidades, tomadores de decisão, técnicos de governo e outros projetos do Programa Piloto.

. Fortalecer a capacidade de organização e articulação das populações locais, bem como a sua capacidade de elaborar e implementar subprojetos, visando o objetivo do PD/A.

7. Estratégia:

O PD/A financiará subprojetos que tenham caráter demonstrativo, e viabilizem o envolvimento de comunidades e organizações não-governamentais em testes e difusão de modelos de desenvolvimento sustentável, que tenham alto potencial de replicabilidade e utilizem tecnologias brandas.

Os grandes temas que nortearão a seleção de subprojetos são os seguintes:

- . preservação e conservação da natureza;
- . recuperação de áreas degradadas; e
- . manejo sustentável de recursos naturais renováveis.

A partir dos grandes temas, as áreas prioritárias de atuação para seleção de subprojetos são: uso de áreas desmatadas; recuperação dos solos com o uso de tecnologias apropriadas; beneficiamento, processamento e comercialização da produção agroflorestal; cultura permanente; proteção de lagos, nascentes, olhos d' água, fontes e recursos hídricos; proteção de recursos florestais nativos utilizados para fins econômicos; disseminação de técnicas voltadas para o uso sustentável dos recursos naturais; e proteção e manejo sustentável da fauna e flora.

Todos os subprojetos devem contemplar o componente Educação Ambiental como mecanismo importante de sustentação das atividades planejadas, assim como o trabalho de capacitação das organizações.

8. Resultados Esperados:

Implementar no ano de 1995, 110 subprojetos de apoio às comunidades da Amazônia e Mata Atlântica, com potencial demonstrativo e multiplicador, através de financiamentos de:

- . 40 subprojetos até o US\$ 5,000.00;
- . 30 subprojetos de US\$ 5,001.00 a US\$ 50,000.00;
- . 30 subprojetos de US\$ 50,001.00 a US\$ 100,000.00; e
- . 10 subprojetos acima de US\$ 100,000.00.

9. Beneficiários:

Comunidades, ONG's de base, de apoio e ambientalistas da Amazônia Legal e Mata Atlântica. A concepção e a implementação do PD/A conta com a parceria de organizações interlocutoras, representantes do público beneficiário. São elas, o Grupo de Trabalho Amazônico - GTA e a Comissão de Acompanhamento do Programa Piloto para a Mata Atlântica - CMA. Todo o desenvolvimento do PD/A realiza-se através da articulação do MMA com estas organizações.

10. Observações:

A participação do Banco do Brasil como agente financeiro deste projeto é de fundamental importância, uma vez que será utilizada sua extensa e eficiente rede de agências e postos de serviços que cobre todo o território nacional, para fazer chegar, de forma ágil e segura, os recursos financeiros destinados aos beneficiários.

Os projetos demonstrativos, por sua natureza, são um campo de experiências aplicadas e inovadoras. Do intercâmbio que será estabelecido entre os executores dos projetos demonstrativos e dos demais projetos do Programa Piloto, deverá surgir novas perspectivas de atuação, ou pelo menos, melhorias mútuas das formas de intervenção do governo e da sociedade civil.

Brasília, 22 de março de 1995.